

NEM NO TRABALHO, NEM NA PRISÃO: LUGAR DE CRIANÇA É NA ESCOLA!



O trabalho infantil é um dos mais graves problemas do país. Mais de 2,6 milhões de crianças e adolescentes, de cinco a 17 anos, estão em situação de trabalho no Brasil* – no mundo, são mais de 160 milhões**. Essa prática prejudica a aprendizagem, quando não tira o jovem da escola, e o torna vulnerável a acidentes, exposição à violência, entre outros problemas.

No Brasil, o 12 de junho foi instituído como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil pela Lei no 11.542/2007, data em que a CNTE e diversas entidades promovem campanhas para prevenir e erradicar o trabalho infantil.

Neste ano, temos mais um desafio: enfrentar os retrocessos na legislação. O PLS 219/2013, que tramita no Senado Federal, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar o tempo de reclusão de jovens infratores, penalizando jovens negros e pobres, população mais vulnerável.

O Projeto de Lei da Reforma Trabalhista, que agora tramita no Senado (PLC 38/2017), chegou a discutir novas regras de contratação de jovens aprendizes, enfraquecendo dispositivos que ajudam a manter esse jovem na escola. A mobilização das organizações que combatem o trabalho infantil foi vitoriosa e retirou essa proposta do projeto. Em tempos de instabilidade, é preciso manter a vigilância para resistir aos retrocessos nas leis, principalmente na proposta de reforma trabalhista, que ainda apresenta muitos problemas.

O direito de brincar é reconhecido internacionalmente desde 1959 na Declaração Universal dos Direitos da Criança, que o prevê como uma vertente do direito à liberdade de meninos e meninas. A CNTE reitera seu compromisso de erradicar a prática do trabalho infantil e lembra que lugar de criança não é no trabalho, nem na prisão: é na escola!

* PNAD 2015

** Organização Internacional do Trabalho, CPLP (Comunidade dos países de Língua Portuguesa), Fundação Abrinq, Repórter Brasil, Educacional – Mapa do Trabalho Infantil, Promenino, United States Department of Labor.



DICAS DE FILMES PARA REFLETIR SOBRE TRABALHO INFANTIL E DIREITOS HUMANOS

» O MENINO QUE NÃO QUERIA NASCER

O curta-metragem conta, por meio da história do garoto Pedro, os detalhes da trajetória dos direitos da infância e da adolescência no país até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

<https://goo.gl/aYfkBT>

» TRABALHO INFANTIL: ONTEM E HOJE

O documentário narra a experiência daqueles que foram vítimas do trabalho infantil, dos que ainda são e dos que lutam pelo fim deste tipo de atividade. O principal foco está em chamar a atenção para medidas para a redução do trabalho precoce no Brasil. <https://goo.gl/AizE16>

» CARRETO

O curta-metragem apresenta a história de Tinho, um menino que trabalha recolhendo mariscos e caju no Nordeste do país: <https://goo.gl/ijNJmq>

CONGRESSO: POUCOS PROJETOS RELACIONADOS À INFÂNCIA E NEM SEMPRE CONTEÚDOS SÃO POSITIVOS

O Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente, divulgado pela Fundação Abrinq, aponta que menos de 1% dos projetos relacionados à criança e ao adolescente completam seu trâmite legal no Congresso Nacional. O estudo analisou 2.769 proposições legislativas, entre Projetos de Lei, Projetos de Emenda à Constituição (PECs) e emendas, cujas tramitações ocorreram ao longo de 2016.

De acordo com o documento, mais da metade dos projetos ligados à infância tratam de medidas de proteção para crianças e adolescentes, em temas como trabalho infantil, violência e exploração sexual infantil, além da redução da maioridade penal e o aumento do tempo de internação. Em muitos casos, porém, os conteúdos das proposições prejudicam os direitos de crianças e adolescentes.

Em relação ao trabalho infantil, por exemplo, há forte preocupação a respeito da PEC 18/2011, que fala sobre a redução da idade do trabalho convencional para 14 anos, que atualmente só é possível na forma de aprendiz, com uma série de critérios e medidas de proteção. Acesse o estudo completo: <https://goo.gl/IPd1kl>.

CAMPANHA DO MPT #CHEGADETRABALHOINFANTIL

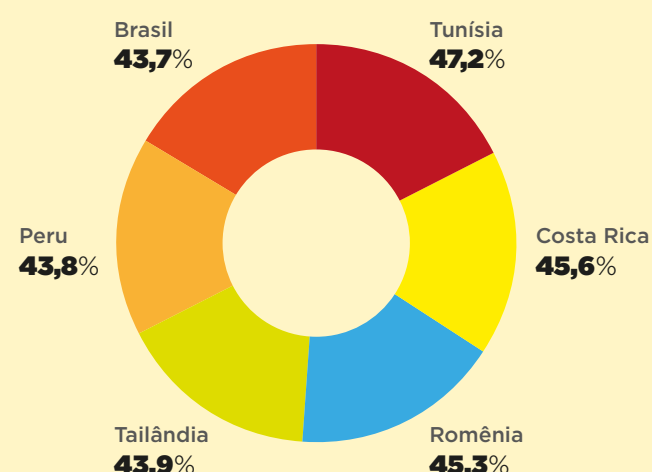
Campanha do Ministério Público do Trabalho (MPT) lançada em fevereiro de 2017 promove o uso da hashtag #Chegadetrabalho infantil nas redes sociais como forma de apoio à causa contra o trabalho irregular de crianças e adolescentes. A ação teve apoio de personalidades da música e dos esportes. A Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Coordinfância) também apoiou a ação, que contou com recursos provenientes de acordos firmados com empresas do interior e da Grande São Paulo. **Veja os vídeos da campanha no site: www.chegadetrabalho infantil.com.br.**

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE DE TRABALHO: RISCOS DE GRAVES ACIDENTES



De acordo com dados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2016, 22.349 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos sofreram acidentes graves enquanto trabalhavam. No mesmo período, 200 crianças e adolescentes morreram em acidentes de trabalho. A inserção precoce no trabalho pode levar a tragédias, sobretudo nas atividades classificadas como piores formas de trabalho infantil, proibidas para pessoas com menos de 18 anos. Trabalhar antes da idade permitida por lei também acarreta prejuízos psicológicos, sociais, além de comprometer a frequência e a permanência na escola. **Saiba mais: <https://goo.gl/FmCXeu>.**

BRASIL: ALTA TAXA DE ESTUDANTES ENTRE 15 E 16 ANOS NO MERCADO DE TRABALHO



Estudos do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) apontam que o Brasil é um dos seis países com maior taxa de jovens estudantes entre 15 e 16 anos no mercado de trabalho. Segundo o levantamento da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), 43,7% dos jovens brasileiros nessa faixa etária declararam exercer algum tipo de trabalho remunerado em suas rotinas, antes ou depois de irem à escola. Estudantes que exercem um trabalho remunerado tendem a apresentar um desempenho inferior na disciplina de ciências do que aqueles que não trabalham.